



COOPERATIVA DE CAFEICULTORES DA
ZONA DE SÃO MANUEL

São Manuel, 03 de novembro de 2006

Prezado(a) Cooperado(a),

Como é do conhecimento público, a nossa Cooperativa enfrenta crise sem precedente na sua história.

As últimas 5 (cinco) assembleias extraordinárias em: 05 de abril; 04 de agosto; 15 de setembro; 06 de outubro e por último em 01 de novembro trataram de diferentes aspectos dessa situação.

Providências importantes foram e estão sendo tomadas tais como: contratação de auditoria independente, que está em curso, renovação do Conselho de Administração, redução de atividades operacionais e conseqüente adequação do quadro de funcionários.

Enquanto não se sabe ainda a real situação de débitos e créditos da Cafenoel, constatou-se na última Assembleia do dia 01 de novembro de 2006, a necessidade de se prover recursos especialmente para acertos trabalhistas complementares.

Anteriormente havia sido estabelecido em Assembleia do dia 04 de agosto de 2006 o aporte de capital de cada cooperado(a) R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), a ser pago em 6 (seis) parcelas mensais de R\$ 60,00 (sessenta reais), ainda em cobrança. Esta contribuição visa especialmente recursos para a primeira dispensa de pessoal e contratação de auditoria.

Na última Assembleia de 01 de novembro de 2006 decidiu-se, praticamente por unanimidade, por uma chamada adicional a todos os cooperados de R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais), a ser pago em 5 (cinco) parcelas mensais de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), sendo a primeira vincenda em 17 de novembro de 2006 e as demais no dia 15 de cada mês subsequente.

Como foi exaustivamente discutido em Assembleia tal aporte de capital visa a preservar a Cooperativa das conseqüências que poderiam advir do descumprimento de obrigações prioritárias e inadiáveis. Procura-se assim preservar o patrimônio da Cafenoel.

Foi também acordado na referida Assembleia que tal aporte deverá ser devolvido ou creditado aos cooperados para devolução em serviços tão logo a Cooperativa recupere-se, o que é do interesse de todos.

Ressalte-se que tal contribuição é devida por todos os cooperados. Como tratado na última Assembleia, ouvidos os consultores jurídicos, o pedido de desligamento do quadro social, sem que haja apuração das contas, não exime o cooperado (a) de suas obrigações societárias.

Respeitosamente

Guilherme Monteiro de Mello – Diretor Presidente